

AUTORIA FEMININA E OS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2018: UM ESTUDO ANALÍTICO

Isadora Zhong Liang Ferreira Feng¹; Sâmila Luísa de Faria Miranda ²; Aline Alves Arruda ⁴;

1 Isadora Zhong Liang Ferreira Feng, Bolsista IFMG, aluna do técnico integrado em Química, IFMG Campus Betim; Betim-MG; isadorafeng@gmail.com

2 Sâmila Luísa de Faria Miranda; Bolsista IFMG; aluna do técnico integrado em Química; IFMG Campus Betim; Betim - MG; samilialuisa@gmail.com

4 Orientadora: Pesquisadora do IFMG, Campus Betim; aline.arruda@ifmg.edu.br

RESUMO

Às mulheres sempre foi relegado o direito à escrita. Embora muito tenha mudado e o espaço dado às escritoras seja hoje maior, no âmbito escolar, especialmente, há muito que conquistar. A primeira legislação brasileira autorizando a educação pública feminina data de 1827. Antes, apenas nos conventos ou em casa, com professores particulares, mulheres eram alfabetizadas. Isso nos mostra o quanto ler e escrever foram atividades negadas às mulheres. Mesmo começando lentamente a partir daí, sabemos que era privilégio de poucas, brancas e de alta classe. No século XX a luta pelo direito ao voto, à educação superior e à inserção no mercado de trabalho com direitos iguais aos dos homens serve de pano de fundo para muitas escritoras alçarem voo. Nomes como os de Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) e Gilka Machado (1893-1980), destacam-se politicamente e literariamente. Nenhuma delas, no entanto, é estudada na educação básica brasileira, em geral. A partir da experiência das professoras de literatura de Ensino Médio, percebeu-se, no entanto, que a maior parte dos escritores citados nos livros didáticos deste nível de ensino são homens brancos. Apesar das recentes atualizações fruto das discussões sobre gênero e etnia dos últimos anos, ainda é pouco o número de mulheres citadas e estudadas nesses livros utilizados pelas escolas públicas de todo o país. Com este projeto pretendeu-se, assim, descortinar o ensino de literatura no ensino médio através do principal instrumento usado pelos professores brasileiros: o livro didático escolhido pela equipe docente e enviado pelo governo para as escolas de todo o país. Dessa forma, o alcance dessas coleções é uma amostra de como se pode mudar a realidade do ensino de literatura no país se a informação chegar corretamente aos professores e aos estudantes que utilizam em sala o importante instrumento do livro didático. Através de estudos teóricos sobre gênero e literatura e, após, um levantamento quantitativo e qualitativo da presença de escritoras nos livros didáticos do PNLD 2018, apresentamos neste artigo os resultados encontrados na análise da coleção *Se liga na língua*.

INTRODUÇÃO:

Às mulheres sempre foi relegado o direito à escrita. Virginia Woolf já nos avisava em seu clássico *Um teto todo seu* em relação à educação precária para a mulher e as más condições femininas para a escrita. “(...) a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu se pretende mesmo escrever ficção” (Woolf, 1985). A conhecida frase, foi dita por Woolf quando de sua palestra para uma plateia feminina em Cambridge, em 1928. Transgredindo o gênero conferência, a escritora inglesa parte desta tese – de que a mulher que deseja escrever precisa ter privacidade e condições materiais mínimas que lhe propiciem um ambiente de escrita – para proferir uma fala que transita entre palestra, ensaio, ficção ou reflexão, digna de uma escritora como ela, que, nas primeiras décadas do século XX, fez contribuições tão significativas e marcantes para a história da mulher na literatura. Tal afirmação costuma também ser usada no sentido metafórico para abordar a ausência da mulher na tradição literária e discorrer sobre os problemas que aquelas que se queriam escritoras enfrentavam no campo hostil da sociedade masculina.

A frase de Woolf ainda ecoa e nos encontra no século XXI. Embora muito tenha mudado e o espaço dado às escritoras seja hoje maior, no âmbito escolar, especialmente, há muito o que conquistar.

A primeira legislação brasileira autorizando a educação pública feminina data de 1827. Antes, apenas nos conventos ou em casa, com professores particulares, mulheres eram alfabetizadas. Isso nos mostra o quanto ler e escrever foram atividades negadas às mulheres. Mesmo começando lentamente a partir daí, sabemos que era privilégio de poucas, brancas e de alta classe.

Precursoras como a potiguar Nísia Floresta (1810-1885), que publicou textos em jornais de grande circulação e também diversos livros, pleitearam para as outras o direito à instrução e ao trabalho. Constância Lima Duarte (2003, s/p) afirma que

em 1832, eram raras as mulheres brasileiras educadas e, em menor número ainda, as escritoras. A mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), e as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867) e Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), eram algumas dessas exceções hoje conhecidas. Mesmo entre os chamados "jornais femininos", apenas existiam uns poucos periódicos dirigidos por homens mais sensíveis às mudanças do comportamento social, e que se apressavam em oferecer publicações especialmente pasteurizadas para o público feminino.

Mesmo essas escritoras citadas pela professora e pesquisadora mineira não são ainda conhecidas do grande público e nem fazem parte do currículo escolar básico brasileiro.

Ainda no século XIX muitas mulheres, levadas pelo que a pesquisadora chama de "onda feminista" seguem o caminho da educação formal, viajam ao exterior para estudar, ocupam espaço na imprensa nacional e muitas arriscam nas letras literárias ainda cunhando uma história invisível para a maioria de então. Só as brancas... as mulheres negras permanecem escravizadas até, oficialmente, 1888. Algumas, ainda assim, enfrentam toda sociedade contrária à sua permanência e visibilidade e escrevem literatura, como é o caso da maranhense Maria Firmina dos Reis, que em 1859 publica o romance *Úrsula*, o primeiro romance publicado por uma mulher negra na América Latina e o primeiro romance abolicionista em língua portuguesa. Contribuiu consideravelmente na imprensa local, publicando enigmas, charadas, poesia, ficção e crônicas; além de ter publicado o conto "A escrava" e a narrativa indianista *Gupeva*.

No século XX a luta pelo direito ao voto, à educação superior e à inserção no mercado de trabalho com direitos iguais aos dos homens serve de pano de fundo para muitas escritoras alçarem voo. Nomes como os de Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975), ganhadora do concurso literário da Academia Brasileira de Letras em 1921 e Gilka Machado (1893-1980), que rompeu paradigmas publicando poesia erótica, destacam-se politicamente e literariamente. Na linha histórica das escritoras afro-brasileiras, na mesma época temos Ruth Guimarães (1920-2014), autora do romance *Água Funda*, publicado em 1956, aclamado por críticos como Antonio Candido, que prefaciou a segunda edição. Era estudiosa da cultura popular, seguidora de Mário de Andrade. Teve repercussão principalmente em seu estado, São Paulo. Nenhuma delas, no entanto, é estudada na educação básica brasileira, em geral.

No campo da ficção, talvez Rachel de Queiroz seja o nome que rompa com o cânone masculino ao publicar seu famoso romance *O quinze* em 1930 e, ao se tornar a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. O nome dela é dos poucos que notamos aparecer nos livros didáticos comumente usados nas escolas brasileiras de ensino médio.

À Rachel seguiram-se outros nomes conhecidos como Cecília Meireles, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Nélide Piñon, entre outros, além de "desconhecidas", mas com igual importância, como Rose Muraro. Carolina Maria de Jesus, contemporânea negra destas autoras mencionadas, também aparece, embora pouco, nas escolas da educação básica através dos livros didáticos. Dificilmente entra como conteúdo nos estilos literários, mas seu diário *Quarto de despejo* costuma ser referência da literatura afro-brasileira nas escolas. Da escritora maranhense até a contemporânea Conceição Evaristo temos muitas outras como Carolina Maria de Jesus, que pouco são lembradas nas salas de aula brasileiras.

Os dados aqui analisados são parte da pesquisa intitulada "Autoria feminina e os livros didáticos do PNLD: um estudo analítico", iniciada 2018, em um alcance intercampi entre as professoras Aline Arruda (IFMG, campus Betim); Claudia Maia e Maria do Rosário Pereira (CEFET-MG, Belo Horizonte); Cristiane Côrtes (CEFET, campus Nepomuceno); Elisângela Lopes (IFSULDEMINAS, campus Pouso Alegre).

A partir da experiência das professoras de literatura de Ensino Médio autoras deste projeto, percebeu-se que a maior parte dos escritores citados nos livros didáticos desse nível de ensino são homens brancos. Apesar das recentes atualizações, fruto das discussões sobre gênero e etnia dos últimos anos, ainda é pouco o número de mulheres citadas e estudadas nesses livros utilizados pelas escolas públicas de todo o país. Além disso, quando citadas, é dado a elas um pequeno espaço ou um pequeno "box" na página inteira, prevalecendo, portanto, quase sempre o cânone masculino e branco predominante na divisão ainda usada em estilos literários.

Com este projeto pretendeu-se, assim, descortinar o ensino de literatura no ensino médio através do principal instrumento usado pelos professores brasileiros: o livro didático escolhido pela equipe docente e enviado pelo governo para as escolas de todo o país[1]. O alcance dessas coleções é uma amostra de como se pode mudar a realidade do ensino de literatura no país se a informação chegar corretamente aos professores e aos estudantes que utilizam em sala o importante instrumento do livro didático.

Para esta apresentação, apresentamos um recorte para expor nossos dados de 2020 - e a análise deles - referentes ao número de escritoras encontrado nos três livros da coleção *Se liga na língua*, da editora Moderna.

[1] Segundo o portal do MEC, “O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público”. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-aco-es-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld> - acesso em 30/07/2019.

METODOLOGIA:

Este projeto é *Inter campi* e além do campus Betim do IFMG, conta com a parceria com os CEFETs de Belo Horizonte e Nepomuceno, através das professoras Cláudia Maia, Maria do Rosário Pereira e Cristiane Cortes. Todas doutoras pela UFMG e pesquisadoras de literatura de autoria feminina, membros do grupo de pesquisa *Mulheres em Letras* (UFMG), além da professora Elisângela Lopes, do IFSULDEMINAS, campus Pouso Alegre.

Dessa forma, dividimos as coleções dos livros didáticos indicados para o PNLD 2018 entre as pesquisadoras e seus bolsistas e, depois, começamos o trabalho quantitativo e qualitativo.

Auxiliadas pelos bolsistas, temos feito, num primeiro momento, um levantamento quantitativo e onomástico das escritoras presentes nos três volumes das coleções de livros didáticos. Em Betim, isso já foi realizado. Num segundo momento, fizemos uma análise de como essas mulheres são representadas nas coleções, ou seja, de que forma elas são trazidas pelos autores, como são colocadas para o professor e para o estudante.

No campus Betim, o projeto iniciou-se em 2018 com duas pesquisadoras, a bolsista Lorena Cândida e a voluntária Roberta Martins. Lorena fez o levantamento dos autores presentes na coleção *Português: Contexto, interlocução e sentido*, publicada pela editora Moderna e adotada no campus Betim. Roberta analisou os livros 1 e 2 da coleção *Novas Palavras*, da editora FTD. Em 2019 o projeto conquistou outra bolsa em edital que pertenceu à estudante do ensino médio integrado Marina Sales, juntamente à pesquisadora voluntária Sâmila Luísa de Faria Miranda. As pesquisadoras analisaram o livro 3 da coleção que Roberta havia começado e realizaram novos estudos a partir dos materiais de *Língua Portuguesa Linguagem e Interação*, da editora Ática. Em 2020, Sâmila, agora bolsista do IFMG juntamente à também bolsista Isadora Feng, analisaram a coleção *Se liga na língua*.

Para o levantamento, as pesquisadoras do IFMG Betim usaram uma tabela confeccionada em parceria com as pesquisadoras do CEFET-Nepomuceno. Cada texto presente no livro, verbal e não verbal, é inserido numa planilha com os seguintes itens: nome do(a) autor(a); tipo de obra (ilustração, poema, conto, crônica, crítica literária etc); título da obra; página do livro em que se encontra; sessão do livro em que se encontra o texto (literatura, redação ou gramática); gênero do autor (masculino ou feminino); etnia a que pertence; região brasileira onde mora ou país (caso seja estrangeiro) e por último, grupo identitário explícito (militante de algum grupo identitário, por exemplo).

É importante lembrar que todo esse projeto tem sido permeado por estudos teóricos sobre a história das mulheres na literatura brasileira, como “A questão do cânone” MUZART (1995), “Feminismo e literatura no Brasil” DUARTE (2003), “Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea” DALCASTAGNÈ (2017), além de estudos sobre o livro didático.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Segundo Dalcastagnè (2008), os estudos literários, em geral, são avessos aos métodos quantitativos, pois estes parecem “inconciliáveis com o caráter único de cada obra” (p. 218), no entanto, estudos estatísticos permitem, segundo a autora, “iluminar regularidades e proporcionar dados mais rigorosos”. Acreditando nisso, apresentamos os dados a seguir, provenientes de uma análise quantitativa e qualitativa das obras da coleção *Se liga na língua*, que por meio da pesquisa, demonstraram ser possível desconstruir a identificação do cânone brasileiro, o qual reproduz principalmente discursos privilegiados, apontando a exclusão de grupos estruturalmente prejudicados.

Durante a tabulação das obras que formam os gráficos dos livros aqui analisados, do primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio, recolheram-se textos das seções de Literatura, Gramática e Produção de Texto.

Gráfico I livro I



Fonte: Elaboração própria.

É evidente o protagonismo masculino. No primeiro ano, o conteúdo de literatura inclui movimentos literários do período colonial, além de manifestações da literatura lusitana, assim como o início da formação brasileira, como o Barroco e o Arcadismo. Às mulheres e população negra, o acesso à educação nesses contextos históricos era mínimo, portanto suas produções são claramente ausentes e raras. Todavia, os textos de base de Gramática e Produção de Texto também parecem seguir a praxe de autoria branca e masculina, mesmo em obras atuais, como tirinhas ou reportagens.

No gráfico II, percebe-se uma exclusão ainda maior com relação à origem étnica dos escritores, sendo que a forma de análise foi principalmente por meio de identificação visual conhecida dos autores. O grupo dado como *Não identificado*, inclui os fatores em que o autor é desconhecido, não possui aparência documentada ou é uma entidade principalmente fictícia. *Não brancos*, são principalmente autores de origem asiática, citados apenas na seção literária de poemas, ou *haikais*. Nas porcentagens apresentadas como mulheres ou homens negros, inclui-se também a categoria de identificados como pardos.

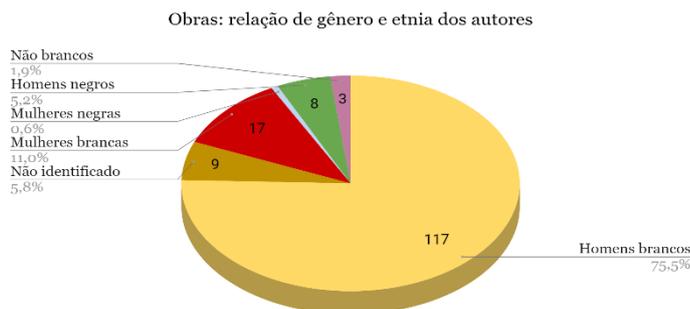


Gráfico II livro I

Fonte: Elaboração própria.

O homem branco ocupa, novamente, 75,5% deste importante instrumento de ensino, sendo o principal criador de discurso e, ainda hoje, o topo da estrutura social que rege a sociedade. O acesso à educação, dominação das produções discursivas e sua propagação em massa é um dos aspectos sociais que são regidos pelo privilégio. Mulheres brancas são 11,0%, duas vezes maior que a porcentagem de homens negros, e mais que dez vezes o número de mulheres negras. Grande parte dessas é de alta classe e/ou nasceram em uma comunidade de escritores como filhas ou irmãs de escritores renomados. Para afrodescendentes, mesmo após o fim da escravidão, o acesso à educação era tão escasso que podia beirar ao inexistente, fazendo com que suas experiências fossem conhecidas apenas por perspectivas externas, que são infundidas no cânone e na memória brasileira.

Gráfico III livro I

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se também a desigualdade entre regiões do Brasil, gerada pela ocupação desigual do território, que tem os maiores focos populacionais no eixo Rio-Minas-São Paulo. Também mostrando a exclusão social no cânone atual, as regiões que se foram prejudicadas economicamente desde a ascensão do comércio brasileiro, com os maiores níveis de analfabetismo do país, que ainda sofrem para se estabelecer no palanque educacional. Notável também, é o fato que não foi mencionado nenhum autor da região Norte do país, e o Centro-oeste aparece apenas duas vezes em toda a obra.

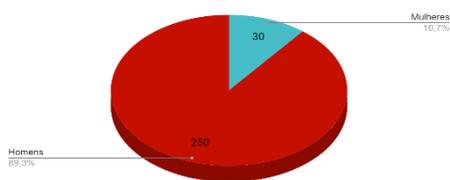
Livro didático II, Editora Moderna, Coleção *Se liga na língua*

Passamos agora aos dados extraídos do livro didático destinado ao segundo ano do ensino médio.

Gráfico I - livro II

Fonte: Elaboração própria.

Obras: relação de gênero dos autores

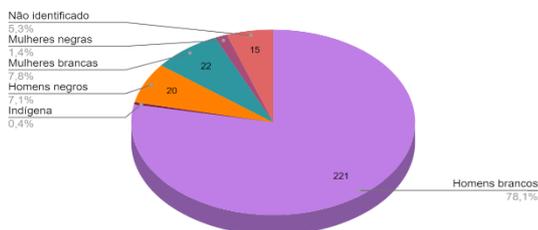


“Se a história da literatura, sustentada pela formação canônica, pode ser tomada como uma narrativa fundadora da nacionalidade na qual o gênero - investimentos em construções singularidades de identidade masculinas e femininas - constituiu um dos meios de fortalecimento do poder masculino, é de

extrema importância que se examinem os textos de autoria feminina, suprimidos e excluídos do campo de investigação literária.” (SCHMIDT, Rita Terezinha, 2011, p. 137).

Gráfico 2, livro II

Obras: relação de gênero e etnia dos autores



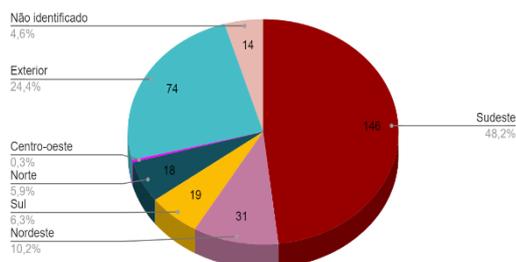
Fonte: Elaboração própria.

O gráfico supracitado dialoga com o artigo “Centro e margens: notas sobre a historiografia literária” de Rita Schmidt na medida em que reverbera a marginalização daqueles socialmente excluídos: mulheres, brancas e negras, e homens negros. Tal procedimento perpetua a hegemonia centralizadora do enunciador branco e

masculino, corroborando, assim, a padronização da “memória cultural”, a qual implica a omissão de quaisquer outros sujeitos pensantes que divergem desse padrão pré-estabelecido no seio social.

Gráfico 3, livro II

Obras: relação de local de origem dos autores



I

Fonte: Elaboração própria.

“Do ponto de vista histórico, a construção da nação moderna, pressuposta nos ideais burgueses do progresso e civilização a partir da integração nacional das diferenças sociais e culturais sob o signo do *pluribus unum*, metáfora do sujeito unitário e universal da nacionalidade, articula-se via um repertório de significados convenientes e desejáveis, formalizados num pacto narrativo de consenso, por meio do qual a história normaliza e regulariza os acontecimentos,

fazendo com que a memória coletiva se configure tanto como lembrança quanto como esquecimento” (SCHMIDT, Rita Terezinha, 2011,p. 132).

Livro didático III, Editora Moderna, Coleção *Se liga na língua*

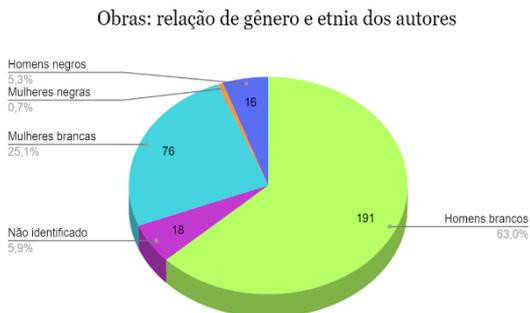
Gráfico I, livro III



Fonte: Elaboração própria.

A omissão do feminino e tudo que advém dele em termos crítico-literários ocorre desde o início da resistência ao patriarcado, e o livro didático, como instrumento social, perpetua esse apagamento, principalmente no tocante às mulheres negras, como evidenciado pelo gráfico a seguir.

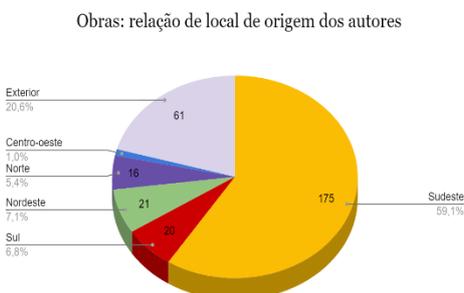
Gráfico 2, livro III



Fonte: Elaboração própria.

O livro didático III, destinado ao terceiro ano do ensino médio, trata, na seção literária, do Modernismo e do Pós-Modernismo. Tendo em vista a porcentagem de mulheres negras (0,7%) e homens negros (5,3%) - que constituem as porcentagens mais ínfimas -, é possível observar a materialização do racismo, uma vez que “a literatura contemporânea reflete, em suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira” (DALCASTAGNÈ, Regina, 2011, p. 217).

Gráfico 3 livro III,



Fonte: Elaboração própria.

“O perfil do romancista brasileiro publicado por grandes editoras se manteve o mesmo por pelo menos 43 anos. Ele é homem, branco, de classe média, nascido no eixo Rio-São Paulo.” (MASSUELA, Amanda. 2018, p. 1). A afirmação de Massuela, baseada no estudo de Regina Dalcastagnè, corrobora a constatação da hegemonia do homem branco do eixo Rio-São Paulo como produtor de obras literárias, que se estende ao

instrumento de conhecimento ofertado aos estudantes: o livro didático.

CONCLUSÕES:

Sabe-se que a literatura é legitimadora de uma ordem social existente, logo o trabalho com o texto literário em sala de aula nos parece também seguir a premissa da ordem patriarcal vigente. O que os números nos mostram nesta pesquisa aqui brevemente apresentada é que o livro didático brasileiro repercute o que só agora começamos a nos atentar: a ausência marcante de autoras em suas páginas e, assim, nas aulas de

língua portuguesa e literatura dadas em todo o país. Reconhecemos os hercúleos esforços de vários professores, mas nossas análises mostraram que é muito incipiente ainda a presença de mulheres nas aulas de literatura da escola brasileira, não pela ausência delas no cenário cultural e artístico da nossa historiografia literária, mas pelo esquecimento a que foram legadas e que só de pouco tempo para cá começam a ser legitimadas e projetadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DALCASTAGNÈ, Regina. Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. [Entrevista concedida a] Amanda Massuela. **Cult**, São Paulo. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro/> - acesso em 18/02/2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: as relações raciais na literatura brasileira contemporânea. DALCASTAGNÈ; EBLE (org). **Literatura e exclusão**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa. *Gênero e representação na literatura brasileira*. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, Faculdade de Letras/UFMG, 2002.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, dez./ 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9950>. Acesso em: 05 fev. 2021.

DUARTE, Constância Lima; PEREIRA, Maria do Rosário Alves. Escritoras mineiras presente! Anotações críticas. In: BRANDÃO, Jacyntho Lins (org.). **Literatura mineira: trezentos anos**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2019. p. 34-48. Disponível em: <https://bdmgultural.mg.gov.br/biblioteca/literatura-mineira-trezentos-anos/>. Acesso em: 05 fev. 2021.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em aberto. Brasília**, v. 16, n. 69, jan./ mar. 1996.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. **Anuário de Literatura**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 85-93, 1995.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. **Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea**, nº 32, p. 127-141, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9573>. Acesso em: 8 fev. 2021.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

Participação em Congressos, publicações e/ou pedidos de proteção intelectual:

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFMG 2020 (apresentação de pitch e comunicação oral). Vencedor do prêmio 3º lugar pelo pitch na categoria projetos de pesquisa.